

Iº Congresso Internacional de Direito e Gestão de Conflitos (CID-GC):

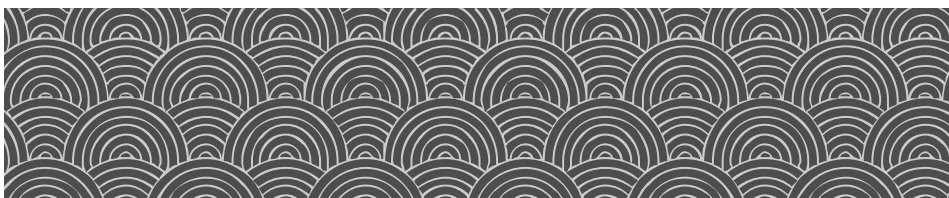
–RESUMOS APROVADOS

18 a 23 de outubro de 2021

Universidade de Araraquara

Araraquara, São Paulo – Brasil

<https://www.uniara.com.br/eventos/cid-gc/>



APRESENTAÇÃO

Bem-vindos à 50ª Semana Jurídica e ao 1º Congresso Internacional de Direito e Gestão de Conflitos.

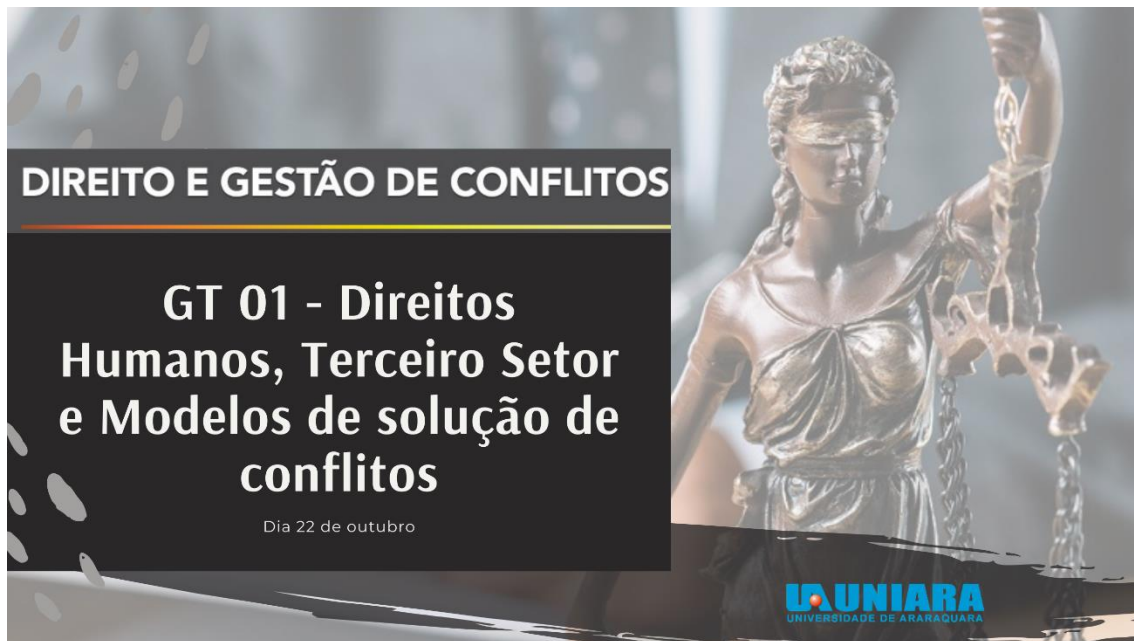
Serão seis dias de muito aprendizado com exposições relevantes, palestrantes de renome no ambiente acadêmico nacional e internacional e debates surpreendentes em Grupos de Trabalhos (GTs).

Em relação aos GTs, é com imensa alegria que divulgamos a lista dos trabalhos aprovados e as informações para acesso aos mesmos.

O evento surgiu da necessidade da comunidade acadêmica e dos operadores do direito de dialogarem sobre o Direito e a Gestão de Conflitos, precisamente, suas oportunidades, desafios e conexões desta área latente.

Percebemos que, frente às demandas da sociedade, os operadores do Direito buscam soluções e formações capazes de expandir o leque de atuação, seja no âmbito da celeridade do judiciário, seja na promoção das soluções extrajudicial.

Agradecemos o interesse pelo evento. Temos a plena convicção de que juntos faremos um evento sensacional.

GT 01 - DIREITOS HUMANOS, TERCEIRO SETOR E MODELOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

As linhas de debates são duas: (i) direitos humanos e desjudicialização conflitos; (ii) novos direitos e terceiro setor como instrumentos para solução de conflitos.

Os Direitos Humanos, em uma acepção jusfilosófica, encontra respaldo no direito natural, mas, foi somente a partir do pós-guerra que construiu a justificativa de sua universalidade e, em consequência disso, demonstrou sua composição de patrimônio racional comum da humanidade, no que buscou na dignidade humana o conteúdo para o agir virtuoso, independente de qualquer critério discriminatório. Contudo, ainda que o vetor fundante da justificação filosófica moderna do pensamento universalizante dos Direitos Humanos seja a dignidade humana, o horizonte de convívio pleno entre os atores sociais ainda é uma realidade fluida e não concluída, posto que, baseado em ideais abstratos, por vezes, inibidores da plena concretização dos direitos. Nesse sentido, o Estado e a sociedade apresentam-se como atores necessários para a concretização de direitos. Nesse sentido, o terceiro setor é de importância fundamental para influenciar trajetórias, chegando onde as ações governamentais nem sempre são suficientes.

O GT, portanto, propõe uma análise reflexiva para a gestão de conflitos e desjudicialização através da associação entre direitos humanos, novos direitos e terceiro setor como mecanismos para a concretização de direitos e efetivação de uma sociedade mais justa. Propõe, ainda, compreender os mecanismos de proteção aos direitos humanos nos planos interno e internacional sob a ótica da gestão e prevenção de conflitos aplicados pelas organizações sociais, denominadas de terceiro setor.

Coordenadora:

Dra. Aline Ouriques Freire Fernandes

Data: 22 de out. De 2021

14:00 – 17:00

Trabalhos aprovados

1. A LEI DO SUPERENDIVIDAMENTO SOB O PRISMA DA EFETIVIDADE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS: UMA POLÍTICA DE INCLUSÃO SOCIAL OU REGULAMENTAÇÃO DA POBREZA?

ALVES, Alexandre Eli

2. O BALCÃO DO CONSUMIDOR DA UNIVERSIDADE REGIONAL DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL E A QUESTÃO DO SUPERENDIVIDAMENTO FEMININO

KREUTZ, Eduarda Franke

GATTO, Joaquim Henrique

SERRER, Fernanda

3. A CONCILIAÇÃO COMO MEIO PARA SOLUCIONAR O SUPERENDIVIDAMENTO

AURÉLIO, Maila Scarpato

SCHNEIDER, Eliete Vanessa

4. DIREITOS HUMANOS NO SISTEMA PRISIONAL FEMININO BRASILEIRO: JUSTIÇA RESTAURATIVA COMO METODO DE CONSTRUÇÃO DA CULTURA DE PAZ

WICHINHESKI, Lavinia Rico

5. MEDIAÇÃO FAMILIAR: A ATUAÇÃO DO PROJETO DE EXTENSÃO “CONFLITOS SOCIAIS E DIREITOS HUMANOS” PARA A CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS DE FALA

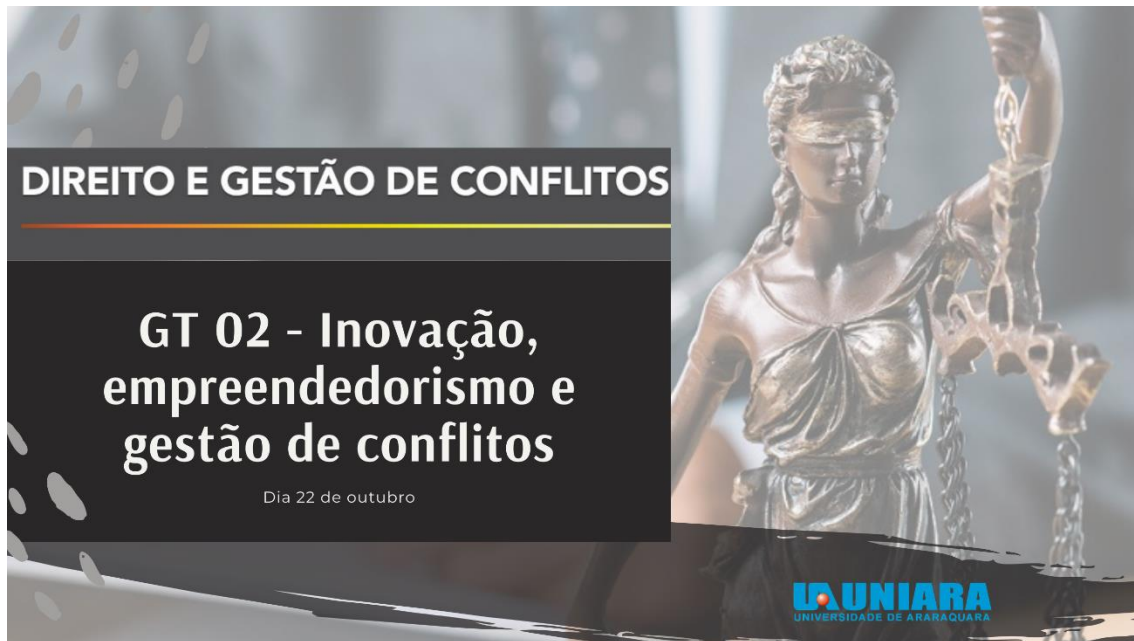
MAINARDI, Alessandra

FORMENTINI, Francieli

Acesso à transmissão ao vivo pelo FACEBOOK: <https://www.facebook.com/Uniara>

Acesso à transmissão ao vivo pelo YOUTUBE:
<https://www.youtube.com/watch?v=PFOBMA7zSrE>

Acesso à Plataforma StreamYard para apresentação do trabalho: (indicado para o primeiro autor): <https://streamyard.com/ub4tbjvkn>

GT 02 - INOVAÇÃO, EMPREENDEDORISMO E GESTÃO DE CONFLITOS

As linhas de debates são duas: (i) o impacto do empreendedorismo na gestão de conflitos de empregabilidade; (ii) o empreendedorismo e a gestão da inovação na aplicação de medidas preventivas e alternativas de desjudicialização de conflitos.

A inovação é elemento que pode ser utilizado de forma disruptiva através da criação de novas formas de enfrentamento dos conflitos. Arelada ao empreendedorismo pode compor importante instrumento para promover riqueza material e do bem-estar de toda a sociedade, via desenvolvimento econômico e consolidação de ciclos virtuosos de crescimento. Nesse sentido, inovação e empreendedorismo são meios para a entrega de valores para a satisfação de desejos, criando ou modificando processos e apresentando soluções que rompem padrões par impactar o contexto social em que são aplicados.

Empreendedorismo e inovação são meios para realizar entregas de valor que satisfaçam os desejos e necessidades dos clientes internos e externos. Em conjunto, criam ou modificam produtos, serviços, tecnologias e processos com soluções que rompem padrões estabelecidos e impactam o contexto em que são aplicadas.

Assim, o presente GT propõe a discussão do empreendedorismo e gestão da inovação a partir de sua importância na resolução de conflitos, englobando as relações contratuais e regulatórias, sobretudo, com ênfase em questões trabalhistas, de gestão de contratos e de proteção intelectual.

Coordenadores:

Dr. Ricardo Augusto Bonotto Barboza

Dr. Sergio Azevedo Fonseca

Data: 22 de out. De 2021

14:00 – 17:00

Trabalhos aprovados**1. COMPLIANCE CRIMINAL E AFASTAMENTO DA RESPONSABILIDADE
OBJETIVA DO COMPLIANCE OFFICER**

MACHADO, João Walter Cotrim

PEREZ FILHO, Augusto Martinez

2. VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, UMA HERANÇA CULTURAL

FARCIC, Eliana Cristina dos Santos

OLIVEIRA, Edmundo Alves

**3. O COMPLIANCE EM MICRO E PEQUENAS EMPRESAS COMO FORMA DE
EMPREENDEDORISMO SUSTENTÁVEL**

ALVES, Alexandre Eli

**4. EMPREENDEDORISMO OU PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO: UMA
REFLEXÃO A PARTIR DA LEI DO MEI**

SILVA, Fernando Henrique Rugno da

Acesso à transmissão ao vivo pelo FACEBOOK: <https://www.facebook.com/Uniara>

Acesso à transmissão ao vivo pelo YOUTUBE:

<https://www.youtube.com/watch?v=abpw9888aIA>

Acesso à Plataforma StreamYard para apresentação do trabalho: (indicado para o primeiro autor): https://streamyard.com/f5pbvv_y5n

GT 03 - PODER JUDICIÁRIO, LITIGIOSIDADE E GESTÃO DE CONFLITOS

As linhas de debates são duas: (i) o Poder Judiciário e a entrega de segurança jurídica na gestão de conflitos; (ii) a cultura da sentença e o combate à litigiosidade como instrumento de pacificação social.

A partir da teoria montesquiana de separação dos poderes, o atribui para si, na figura do Poder Judiciário, a função de interpretar e aplicar o direito com o objetivo de solucionar os conflitos e realizar a pacificação social. No Brasil, através do modelo de *checks and balances* e diante das especificidades da política brasileira, o Judiciário se colocou como garantidor do equilíbrio dos poderes e garantidor das liberdades frente às deficiências do Legislativo e do Executivo. Nesse sentido, verifica-se a correlação entre a função jurisdicional e a cidadania, e o papel fundamental do Estado na gestão de conflitos através de uma cultura de sentença.

Assim, o GT propõe a discussão sobre a segurança jurídica prestada pelo Estado através da atuação do Poder Judiciário na resolução dos conflitos, bem como, a possibilidade do próprio Poder Judiciário, em seu papel de pacificação, desencadear novos conflitos, em função da interferência ideológica que conduziria o Poder Judiciário a transitar do papel de legislador negativo para o papel de legislador positivo na condução de questões que envolvam omissão legislativa.

Coordenadores:

Dr. Renato Zanolla Montefusco

Dr. Thalles Ricardo Alciati Valim

Data: 22 de out. De 2021

14:00 – 17:00

Trabalhos aprovados**1. O TEMA 1046 DO STF E A AUSÊNCIA EFETIVA DE SEGURANÇA JURÍDICA NA GESTÃO DE CONFLITOS PELA JUSTIÇA DO TRABALHO**

JUMPIRE, Daniela da Silva
SILVA JUNIOR, Moacir Venâncio da
OLIVEIRA, Edmundo Alves de

2. LIMITES E POTENCIALIDADES DA GESTÃO EXTRAJUDICIAL DOS CONFLITOS TRABALHISTAS: PERCEPÇÕES DOS OPERADORES DO DIREITO

PIETRE, Enivaldo Aparecido de
BARBOZA, Ricardo Augusto Bonotto

3. A IMPORTÂNCIA DA FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO NA PREVENÇÃO DE CONFLITOS TRABALHISTAS

TINTI, Evandro de Oliveira
OLIVEIRA, Edmundo Alves de

4. A COEXISTÊNCIA DAS AÇÕES COLETIVAS E DA TÉCNICA DE JULGAMENTO DE CASOS REPETITIVOS COMO INSTRUMENTOS DE GESTÃO DE CONFLITOS

SERAFIM, Danilo
FRANCESCHET, Júlio César

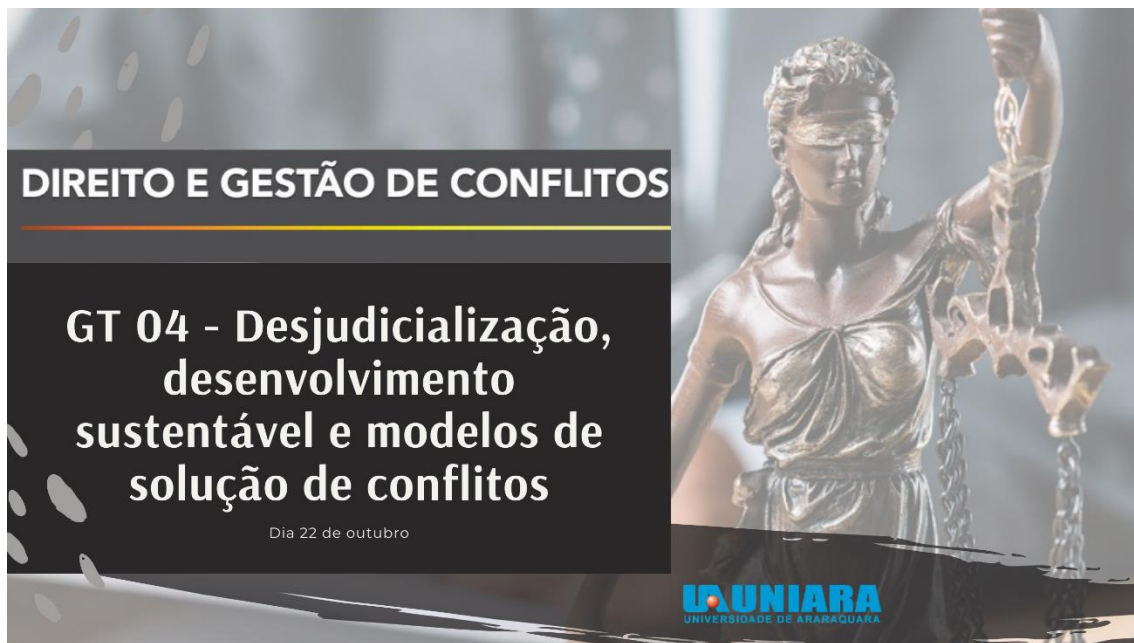
5. PLANO DE PARENTALIDADE, MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E PREVENÇÃO DE CONFLITOS

FERRARI, Aline Alves Maciel
FRANCESCHET, Julio Cesar

Acesso à transmissão ao vivo pelo FACEBOOK: <https://www.facebook.com/Uniara>

Acesso à transmissão ao vivo pelo YOUTUBE:
<https://www.youtube.com/watch?v=A3FfR5mEj-k>

Acesso à Plataforma StreamYard para apresentação do trabalho: (indicado para o primeiro autor): <https://streamyard.com/m5ah5wsyyn>

GT 04 - DESJUDICIALIZAÇÃO, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E MODELOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

As linhas de debates são duas: (i) os impactos da corrupção para o desenvolvimento econômico e social; (II) os desafios políticos, econômicos, sociais e financeiros para a construção de mecanismos de resoluções de conflitos na esfera dos direitos sociais.

Dentro da novel proposta de desjudicialização dos processos conflitivos, o Poder Judiciário já não é mais o único meio de distribuição de justiça. Atualmente, discute-se variadas formas alternativas para a resolução de conflitos, sem prescindir da necessária discussão do acesso à justiça. Questões políticas, econômicas, sociais e financeiras estão presentes nos conflitos atuais, e precisam estar presentes, também, na construção de viabilidades para a resolução desses conflitos. No tocante à corrupção, o centro do debate está no fenômeno conhecido por paraíso fiscal, intimamente ligado às assimetrias e incongruências dos sistemas tributários nacionais, destacadamente o brasileiro, e ao aumento da desigualdade social e da pobreza promovido por essas distorções.

Assim, o GT propõe a análise de como práticas indevidas, como a corrupção, impactam no desenvolvimento econômico e social de um país, bem como, propor alternativas desjudicializantes para os conflitos que estão presentes na contextualização do tema.

Coordenadores:

Dra. Jamile Gonçalves Calissi

Dr. Marcelo Sant'Anna Vieira Gomes

Data: 22 de out. De 2021**14:00 – 17:00**

Trabalhos aprovados

1. A DESJUDICIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DA PROVA ORAL E SUA REALIZAÇÃO PERANTE AS SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS
GRANDMAISON, Claudio de albuquerque

2. EXTINÇÃO DE CONDOMÍNIO PRÓ-DIVISO: ESTREMAÇÃO
VERONEZE, Flávia Izac
RISTER, Carla Abrantkoski

3. A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA POR MEIO DA USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL: MANUAL PRÁTICO
BATISTA, Rogerio Franco
RODRIGUES, Leonel Cezar

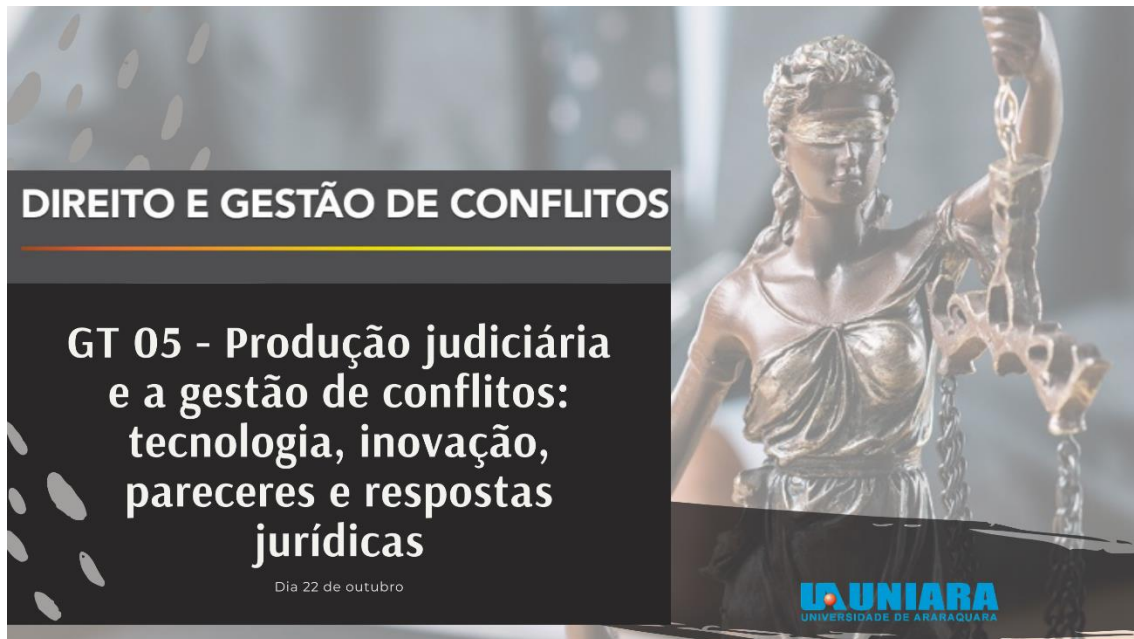
4. MECANISMOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS: A MEDIAÇÃO SE APLICA ÀS RELAÇÕES DE CONSUMO? UMA ANÁLISE A PARTIR DOS ATENDIMENTOS DO BALCÃO DO CONSUMIDOR DA UNIJUÍ
WICHINHESKI, Tuani Josefa
SCHNEIDER, Eliete Vanessa
FORMENTINI, Francieli

5. TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADES DO ESTADO DE RORAIMA: CONJUNTO DE PARADOXOS ENTRE RIQUEZA, POBREZA E CONFLITOS SÓCIO-CULTURAIS
MAIA - Silvia Mara Cristina
HERRMANN CO-AUTOR, Hildebrando

Acesso à transmissão ao vivo pelo FACEBOOK: <https://www.facebook.com/Uniara>

Acesso à transmissão ao vivo pelo YOUTUBE: <https://www.youtube.com/watch?v=6ixU4fg8c>

Acesso à Plataforma StreamYard para apresentação do trabalho: (indicado para o primeiro autor): <https://streamyard.com/8gkbmnvjmr>

**GT 05 - PRODUÇÃO JUDICIÁRIA E A GESTÃO DE CONFLITOS:
TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, PARECERES E RESPOSTAS JURÍDICAS**

As linhas de debates são duas: (i) o papel do Poder Judiciário na gestão de conflitos; (ii) impactos sociais e econômicos na gestão de conflitos pelo Poder Judiciário.

O GT se propõem à discutir os conflitos em relações empresariais, com destaque para solução, processos inovativos e tecnologia voltadas à gestão e prevenção de conflitos.

Neste contexto, complementa-se ainda que estão sob o guarda-chuva do GT a medida que busca analisar a inovação em processos jurídicos, tendo como norte, produção de mudanças simplificadoras de processos de processos. Observa-se que as produções refletem os primeiros resultados da implementação da pesquisa que busca compreender a associação entre inovações incorporadas em processos jurídicos e a propagação de fatores facilitadores da prática jurídica.

Coordenadora:

Dra. Jackelline Fraga Pessanha

Data: 22 de out. De 2021

14:00 – 17:00

Trabalhos aprovados**1. LOCALIZAÇÃO GEORREFENCIADA VIA QR CODE: INSTRUMENTO DE PREVENÇÃO DE CONFLITOS FUNDIÁRIOS**

LEITE, Rafael Henrique Silva

FRANCESCHET, Júlio César

2. ENFRENTANDO OS ENTRAVES À FASE ORDINATÓRIA DO PROCESSO LIMA, Renata Rodrigues Silva**3. A DESJUDICIALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO CIVIL NO BRASIL E A GARANTIA DO DEVIDO PROCESSO LEGAL**

PEREIRA, Adriane

BARBOZA, Ricardo

4. CONFLITOS HABITACIONAIS COLETIVOS URBANOS: SOLUÇÕES ALTERNATIVAS ÀS REMOÇÕES E REINTEGRAÇÕES COMPULSÓRIAS

OLIVEIRA, Gabriel de

Acesso à transmissão ao vivo pelo FACEBOOK: <https://www.facebook.com/Uniara>

Acesso à transmissão ao vivo pelo YOUTUBE:

<https://www.youtube.com/watch?v=AVLhgPeVgnw>Acesso à Plataforma StreamYard para apresentação do trabalho: (indicado para o primeiro autor): <https://streamyard.com/tdci653epa>

GT 06 - POLÍTICAS PÚBLICAS, ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GESTÃO DE CONFLITOS: NOVOS DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA ÁREA DO DIREITO



As linhas de debates são três: (i) a Constituição Federal como matriz das Políticas Públicas brasileiras; (ii) os modelos desjudicializantes de solução de conflitos e a concretização de direitos fundamentais para a solução dos dilemas sociais contemporâneos; e (iii) dinâmicas da atuação da administração pública.

A partir da concepção rousseana de contrato social, a cidadania erigiu-se um consenso entre indivíduos livres e iguais que se conformava na forma de Estado. Diante disso, a cidadania ganha força enquanto condição voltada para a formação da comunidade política e a participação da sociedade nesta comunidade. No momento atual, torna-se inevitável os laços que unem a cidadania à dignidade humana, sendo esses pilares, alguns dos objetivos do Estado de Direito. Assim, o GT propõe a análise e reflexão a respeito das políticas públicas desjudicializantes brasileiras como instrumentos de combate e enfrentamento dos conflitos gerados a partir de práticas pautadas pelo inobservar da dignidade da pessoa humana.

Refletirá sobre os temas clássicos relacionados ao estudo destas temáticas sob abordagem crítica e reconstrutiva, que tenham por escopo revisar e problematizar as bases e teóricas e dogmáticas destes campos do saber jurídico e social, tais como: Princípios da Administração Pública. Ato e processo administrativo. Organização Administrativa. Agentes Públicos. Contratação pública. Serviços públicos. Bens públicos. Interferência do estado na propriedade privada. Patrimônio do domínio público. Improbidade, moralidade administrativa e corrupção. Discricionariedade. Controle da Administração Pública. Administração Pública e Globalização. Gestão pública, entre outros.

Refletirá sobre: Aspectos teóricos e conceituais dos direitos sociais. Os direitos sociais na Constituição da República de 1988. Intervenção do estado na ordem social. Direitos sociais como garantia de condições materiais mínimas dos indivíduos para o pleno gozo

dos seus Direitos. Discussão dos conteúdos e forma de exercício de direitos sociais, tais como educação, saúde, alimentação, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância, assistência aos desamparados entre outros. Prestações socioestatais que possibilitam melhores condições de vida aos vulneráveis e direitos que tenderão a realizar a equalização de situações sociais desiguais. Seguridade Social enquanto conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. Incidência dos impactos que as transformações laborais econômicas e financeiras sobre a Seguridade social e os desafios postos por esta realidade complexa.

Coordenadores:

Dr. Plínio A. B. Gentil

Dra. Aline Ouriques Freire Fernandes

Data: 23 de out. de 2021**09:00 – 11:00****Trabalhos aprovados****1. AÇÕES AFIRMATIVAS NO ENSINO SUPERIOR- O COMEÇO DE UMA REPARAÇÃO HISTÓRICA**

VASCONCELLOS, Silvia Helena Emidio

DURLO, Juliana Vendramini

2. O CONFLITO DA DISTRIBUIÇÃO DE TERRAS PÚBLICAS NO ESTADO DE SÃO PAULO: BREVES REFLEXÕES DE ALBUQUERQUE

GRANDMAISON, Claudio

3. CONTRIBUIÇÃO DO TERCEIRO SETOR COMO AUXILIAR DO ESTADO NA GESTÃO DE CONFLITOS ENTRE ADOLESCENTES INFRATORES NO BRASIL

BOTASSO, Alexandra Moro Caricilli

FERNANDES, Aline Ouriques Freire

4. O EXERCÍCIO DO PODER JUDICANTE DAS AGÊNCIAS REGULADORAS COMO MEIO DE DESJUDICIALIZAÇÃO DE CONFLITOS

ORNELAS, Renato Passos

5. PODER PÚBLICO, MISTANÁSIA E SOLUÇÃO DE CONFLITO

CAMELO, Dionísio

RODRIGUES, Leonel

Acesso à transmissão ao vivo pelo FACEBOOK: <https://www.facebook.com/Uniara>

Acesso à transmissão ao vivo pelo YOUTUBE:

<https://www.youtube.com/watch?v=SvtRG0snMgg>Acesso à Plataforma StreamYard para apresentação do trabalho: (indicado para o primeiro autor): <https://streamyard.com/kqi59jcrh6>

GT 07 - ACESSO À JUSTIÇA VIA MÉTODOS EXTRAJUDICIAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS



Discutirá teórica e empiricamente a ordem jurídica justa, o acesso à justiça, e a (re)definição dos atores e instituições do Sistema de Justiça. Receberá estudos brasileiros, estrangeiros e comparados sobre formas, possibilidades, limites e experiências de promoção do direito de acesso à justiça e ao Sistema de Justiça; formas e sistemas de solução de conflitos (judiciais e extrajudiciais, integrados multiportas e multiníveis); ondas do acesso à justiça; efetividades da prestação jurisdicional, entre outros temas conexos que se voltarão à defesa e promoção da cidadania por meio do acesso à justiça.

Bem como, a justificação, legitimação, função, atuação e comportamento dos órgãos e atores do Sistema de Justiça (Poder Judiciário, Ministério da Justiça, Ministério Público, Defensoria Pública, Advocacia, Conselho Nacional de Justiça, entre outros); suas relações com o Direito e a Política, e novos arranjos institucionais entre os Poderes republicanos. Recebe estudos brasileiros, estrangeiros e comparados sobre democratização da justiça; jurisdição; processos de tomadas de decisão; carreiras jurídicas; governança judicial; políticas públicas sobre o Sistema de Justiça (política judiciária); accountability judicial; gestão do Sistema de Justiça e de processos, entre outros temas conexos que se voltam à compreensão e melhoria da política judiciária no Brasil. Será discutido prevenção, negociação, conciliação, mediação e arbitragem.

Promoverá debates e reflexões acerca da teoria e aplicação dos métodos complementares de solução de conflitos, especialmente os que serão orientados pela busca por soluções dialogadas e não-impositivas e o fortalecimento da cultura voltada à paz social, tais como a mediação, a conciliação e a justiça restaurativa.

Par tanto, seu foco serão trabalhos que versarão sobre a teoria de referidos métodos, a legislação brasileira sobre o assunto e suas aplicações práticas, em contextos judiciais e extrajudiciais, fomentando as discussões acerca do tratamento adequado dos conflitos, acesso à justiça e efetivação de direitos.

Coordenador:

Dr. Júlio César Franceschet

Data: 23 de out. de 2021

09:00 – 11:00

Trabalhos aprovados

1. A EXPERIÊNCIA DA LIGA ACADÊMICA DE MÉTODOS ADEQUADOS PARA SOLUÇÃO DE CONFLITOS DA UFG: UM RELATO SOBRE O IMPORTANTE PAPEL DAS ATIVIDADES UNIVERSITÁRIAS EXTRACURRICULARES PARA A PROMOÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA

COSTA, Andréa Abrahão

AGUIAR, Gabriella Valente

GOMES, Isadora Cristiny Camargos

2. A DESJUDICIALIZAÇÃO E OS MEIOS EXTRAJUDICIAIS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS NAS SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS

REZENDE, Júlia Ribeiro de

FERNANDES, Aline Ouriques Freire

3. A DIFICULDADE DO ACESSO À JUSTIÇA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

MELO, Mayra

CALISSI, Jamile

4. DESJUDICIALIZAÇÃO E ADVOCACIA: A DICOTOMIA ENTRE O CONSENSO E REALIZAÇÃO DA JUSTIÇA

BONFIM, Mariana Fiorim Bózoli

RODRIGUES, Leonel César

6. PRÁTICAS RESTAURATIVAS: FERRAMENTAS DE GESTÃO DE CONFLITOS NOS CENTROS DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVOS

CHIARELLO, Cássia Gilmar Fraga

LYRA, José Francisco da Costa

VICTOR, Paola Lazzaretti 3

Acesso à transmissão ao vivo pelo FACEBOOK: <https://www.facebook.com/Uniara>

Acesso à transmissão ao vivo pelo YOUTUBE:

<https://www.youtube.com/watch?v=BZTNUvIJg-Y>

Acesso à Plataforma StreamYard para apresentação do trabalho: (indicado para o primeiro autor): https://streamyard.com/vu9b4w4w_b

GT 09 - PROPOSTAS DE SOLUÇÕES PACÍFICAS E GESTÃO DE CONFLITOS NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

No desenvolvimento da Sociedade, as formas de relacionamento mais comuns são os conflitos e as cooperações entre os atores internacionais, para satisfazerem de suas necessidades. A globalização, marcada pelo de novos sujeitos de direito internacionais, como as organizações internacionais e as empresas transnacionais, intensificou as relações que transcendem os limites territoriais dos Estados, avivando também os conflitos advindos dessas relações internacionais.

Para dirimir os litígios e solucionar conflitos internacionais a Carta da Organização das Nações Unidas determina que as partes em uma controvérsia, que possa vir a constituir uma ameaça à paz e à segurança internacionais, procurarão, antes de tudo, chegar a uma solução por negociação, inquérito, mediação, conciliação, arbitragem, solução judicial, recurso a entidades ou acordos regionais, ou a qualquer outro meio pacífico à sua escolha. Assim, a forma pacífica deve ser uma prática presente no cotidiano das relações internacionais estabelecidas entre seus sujeitos.

O Grupo de Trabalho pretende discutir de maneira ampla, múltipla e diversificada os meios consensuais e/ou diplomáticos a serem adotados para satisfação dos interesses nacionais e a celebração do acordo como os elementos importantes na gestão dos conflitos internacionais.

Coordenadora:

Dra. Anabela Paula Brizido

Data: 23 de out. de 2021**09:00 – 11:00**

Trabalhos aprovados

1. A CLEARING-HOUSE MECHANISM FOR BBNJ: OPEN SOURCE DATABASE AS THE UNLOCKING MEASURE FOR STRENGTHENING CAPACITY-BUILDING AND TRANSFER OF MARINE TECHNOLOGY

VEIGA, Júlia Schütz

UCHÔA, Alexandre

2. A CONTRIBUIÇÃO DO TRIBUNAL DA JUSTIÇA DA UNIÃO EURÓPEIA PARA A CONCRETIZAÇÃO DA AGENDA 2030

PASSOS, Mariana

3. AS EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS E NACIONAIS DOS PROGRAMAS DE ESTÁGIO: CONFLITOS E DILEMAS ENTRE ESTUDANTES, INSTITUIÇÕES CONCEDENTES E UNIVERSIDADES

RAMALHEIRO, Geralda Cristina de Freitas

4. OS MÉTODOS DE SOLUÇÃO PACÍFICA DE CONTROVÉRSIAS PREVISTOS NA CARTA DA ONU PARA GESTÃO DE CONFLITOS NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

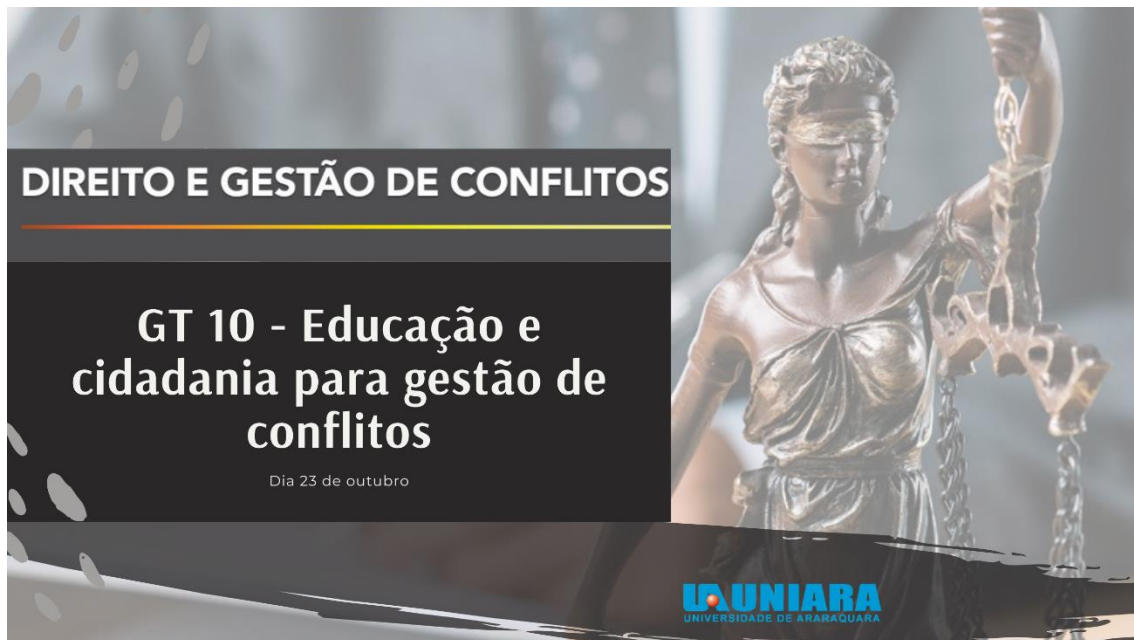
FERNANDES, Aline Ouriques Freire

Acesso à transmissão ao vivo pelo FACEBOOK: <https://www.facebook.com/Uniara>

Acesso à transmissão ao vivo pelo YOUTUBE:

<https://www.youtube.com/watch?v=8Q8FLjIGRNk>

Acesso à Plataforma StreamYard para apresentação do trabalho: (indicado para o primeiro autor): <https://streamyard.com/b3jx445bys>

GT 10 - EDUCAÇÃO E CIDADANIA PARA GESTÃO DE CONFLITOS

Pensar e problematizar pesquisas em Educação, Cidadania e Gestão de Conflitos constituem o foco central deste Grupo de Trabalho. Busca-se promover debates sobre a importância das compreensões acerca dos direitos humanos pela ótica da complexidade do pensamento humano, transcendendo os aspectos legalistas e racionalistas dos direitos humanos na África, América Latina e na Europa.

A área de pesquisa em Direitos Humanos, muito além da enorme diversidade de concepções e abordagens em que está circunscrita hoje, traduz para a contemporaneidade a ligação direta entre as demandas sociais pela produção de conhecimentos emancipatórios que possam, efetivamente, reestabelecer os vínculos entre Universidade e Sociedade.

Essas perspectiva de compreensão da área é sementes fértil para que a condição humana tente se desvencilhar de violações cotidianas, político-econômicos e sociais. Em linhas gerais, o Simpósio busca sistematizar e explorar diferentes percepções Metodológicas. Seja a entendendo como uma visão de mundo, ou, como uma filosofia de mundo e de caminhos para a organização da sociedade, acompanhada de processos educativos e com práticas pedagógicas que possam orientar na perspectiva de recuperação da capacidade humana de pensar e de sentir, também.

Coordenadores:

Dr. Edmundo Alves de Oliviera

Dr. José Luis Bizelli

Data: 23 de out. de 2021

09:00 – 11:00

Trabalhos aprovados**1. DIREITO: QUEM TE ENSINOU ISSO?**

DURLO, Juliana Vendramini

GENTIL, Plínio

BONFIM, Mariana Fiorim Bózoli

2. O BALCÃO DO CONSUMIDOR DA UNIJUÍ E A FORÇA DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

GATTO, Joaquim Henrique

VIANA, Maria Luísa

SCHERER, Fernanda Serrer

3. O ENSINO DE SOLUÇÕES CONSENSUAIS PARA A RESOLUÇÃO DE CONFLITOS NOS CURSOS DE DIREITO

BELLINI, Bruno Dadalto

RODRIGUES, Leonel Cezar

4. EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E CONFLITOS ESCOLARES

TREVISAN, Flávia Clara Bezerra

5. A MEDIAÇÃO NO AMBIENTE ESCOLAR COMO FERRAMENTA VIÁVEL NA GESTÃO DE CONFLITOS

VICTOR, Paola Lazzaretti

GIMENEZ, Charlise Paula Colet

CHIARELLO, Cássia Gilmar Fraga

Acesso à transmissão ao vivo pelo FACEBOOK: <https://www.facebook.com/Uniara>

Acesso à transmissão ao vivo pelo YOUTUBE: https://www.youtube.com/watch?v=W Bcj_dK Wc

Acesso à Plataforma StreamYard para apresentação do trabalho: (indicado para o primeiro autor): <https://streamyard.com/t8q6y4f5bu>

GT 11 - PREVENÇÃO E GESTÃO DE CONFLITOS EMPRESARIAIS

A prevenção e a gestão positiva dos conflitos são determinantes para o desenvolvimento e a eficiência dos negócios, preservando os relacionamentos e reduzindo tempo e custos. Tendo esta referência como norte, o GT pretende discutir tipos de conflitos e mecanismos de pacificação de controversias, inerentes ao desenvolvimento das relações empresariais.

Observa-se que tem crescido o uso de mecanismos de prevenção de conflitos, ou que, ao menos, antevêm o procedimento a ser adotado por ocasião de sua ocorrência. Seja por meio de centrais de atendimento preparadas à negociação e ao bom relacionamento, ou por cláusulas contratuais que estabelecem a utilização da mediação ou da arbitragem, por exemplo.

Tais medidas não pretendem eliminar o Judiciário, mas deixá-lo como o último recurso a ser utilizado, vez que outras medidas mais céleres e menos custosas podem ser tomadas, desde que as empresas se preparem para sua implementação. E é precisamente esta a discussão que se pretende estabelecer no GT.

Coordenador:

Dr. Leonel Cezar Rodrigues

Data: 23 de out. de 2021

09:00 – 11:00

Trabalhos aprovados**1. AS DEADLOCK PROVISIONS COMO FORMA DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS EMPRESARIAIS**

PEREIRA, André Luís Ribeiro

CALISSI, Jamile Gonçalves

2. TELETRABALHO NO PÓS-PANDEMIA COVID- 9: PROPOSTAS LEGISLATIVAS PARA PREVENÇÃO DE CONFLITOS TRABALHISTAS

TINTI, Evandro de Oliveira

ORNELAS, Renato Passos

3. A MEDIAÇÃO COMO CLÁUSULA DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS NOS CONTRATOS DE LOCAÇÃO IMOBILIÁRIA

MELO, Mayra

CALISSI, Jamile

4. A EFETIVIDADE DOS MÉTODOS ADEQUADOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS EMPRESARIAIS COM A UTILIZAÇÃO DO COMPLIANCE E DAS CLAUSULAS ESCALONADAS

ALVES, Alexandre Eli

Acesso à transmissão ao vivo pelo FACEBOOK: <https://www.facebook.com/Uniara>

Acesso à transmissão ao vivo pelo YOUTUBE:

<https://www.youtube.com/watch?v=IFORQoG8szM>

Acesso à Plataforma StreamYard para apresentação do trabalho: (indicado para o primeiro autor): <https://streamyard.com/n63dkgpuc4>